



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 8/2012

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2012

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Luís Fernando Henriques Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Fróis Figueiredo. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Carlos Jorge Coelho Neto, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se à respetiva substituição. -----

----- Pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- **PONTO PRÉVIO** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 5/2012 referente à sessão ordinária de 29 junho, n.º 6/2012 referente à sessão de extraordinária de 3 de outubro e n.º 7/2012 referente à sessão extraordinária de 13 de outubro. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2012 por maioria dos presentes, com 26 votos a favor e uma 1 abstenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2012 por maioria dos presentes, com 26 votos a favor e uma 1 abstenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 7/2012 por maioria dos presentes, com 26 votos a favor e uma 1 abstenção. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António José Rodrigues da Costa** que se transcreve na íntegra: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “ O motivo pelo qual me abstive foi por, de facto, não ter participado nessas assembleias e daí não estar em condições de poder pronunciar-me positiva ou negativamente.” -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pela Primeira Secretária foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----
----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado António José Rodrigues da Costa -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Malaqueijo -----

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Deputado Carlos Manuel Coelho Pereira -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Iniciou por referir que na Rua Professora Carolina Amália, onde moram bastantes idosos, existe uma intensa movimentação de veículos a grande velocidade dificultando a mobilidade dos moradores e que coloca também em risco as crianças que frequentam a pré-escola ao cimo dessa mesma rua. Questionou o porquê de não se colocar umas lombas que façam refrear a velocidade dos veículos. -----

----- Reiterou a questão da EN 1, na entrada da Asseiceira, e a colocação de sinalização ou lombas, questionando se com tantas obras que se encontram a decorrer não haveria possibilidade de resolver essa situação que acarreta, inclusive, riscos de vida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Por fim questionou relativamente ao estacionamento subterrâneo e a dificuldade que se verifica para os cidadãos em estacionar derivado ao facto de a rotatividade dos carros tem a ver com os horários da câmara e sendo o mês de dezembro um mês de comércio perguntou porque é que o estacionamento não está aberto ao fim de semana para dar apoio ao comércio da zona, assim nos horários dos espectáculos no cineteatro, já que considera que os custos para manter aberto o estacionamento não seriam muito avultados e que inclusive podiam ser diluídos numa das festa da época. -

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Iniciou por tecer algumas considerações acerca de ações empreendidas ou apoiadas pelo executivo camarário ao longo do ano de 2012 e que denotam forte empenho e determinação para levar a bom termo a imagem do concelho, tal como as Tasquinhas, o carnaval, o dia mundial da criança, a feira da cebola, o feriado municipal, a passagem de ano no Rio, entre outras. Evidenciou apenas alguma falta de imaginação e inovação de forma a surpreender. Realçou a recriação do “Carnaval no Rio” que em tempos foi chamariz para deslocação de muita gente à nossa terra. ----

----- Afirmou ser agora altura de se fazer o balanço de um projeto a quatro anos. Evidenciou que o património riomaiorense, ao contrário do que era expectável, continua adormecido e sem um plano que lhe dê vida e atraia pessoas a visitá-lo, vertido num calendário anual. Salientou que as dificuldades financeiras não podem ser o escudo de todas as fragilidades. -----

----- Disse ser urgente inventariar o património concelhio, valorizá-lo e organizá-lo sem desprestigiar quem e o que quer que seja, considerando que a identidade e a diversidade são serviço público. Evidenciou ainda o bom resultado das obras de requalificação que se encontram a ser executadas, sem no entanto deixar de dizer que é dívida a pagar como outras que contam do rosário das lamentações em época tão difícil. Disse acreditar que o futuro não pode ser adiado e realçou a intervenção na zona antiga considerando que, no entanto, falta ainda a reanimação, a humanização, a captação de interesses e serviços, tudo isso só considerado numa combinação concertada de todas as forças. -----

----- Referindo-se à obra da que abrigará a loja do cidadão, questionou, em primeiro lugar, para quando a sua abertura e considerou que o mesmo é um choque relativamente ao edificado envolvente, em completo desequilíbrio entre o edificado e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

praça, em exemplo de arquitetura contemporânea de mau gosto. Perguntou onde está a defesa da qualidade num sentido estético integrado e disse que os poucos residentes e comerciantes da zona ainda esperam a satisfação de um compromisso sob pena de se tornar um mausoléu desaproveitado de funções e finalidade. -----

----- Salientou o aumento do desemprego, da fome, da insegurança e disse saber que os serviços da autarquia, das instituições e os cidadãos são sensíveis a estes problemas, mas considerou haver muito mais a fazer e que não compete à autarquia a criação de emprego mas que lhe compete, sim, a criação de condições favoráveis e atractivas à criação de postos de trabalho de modo a que as atividades produtoras se instalem, se fixem e não se desmotivem pelas delongas de procedimentos. -----

----- Fez ainda referência à contribuição da autarquia com seis mil euros para a festa de natal do pessoal ao serviço da autarquia e, afirmando que o bom ambiente laboral é sem dúvida importante, questionou se consta que alguma entidade pública ou privada tenha contribuído para o convívio ou uma festa nos tempos que correm. -----

----- Recordou que a Senhora Presidente e todo o executivo municipal sabem bem que a rede viária do concelho começa a pedir manutenção e marcação das estradas.-

----- Endereçou ainda os parabéns pela árvore de natal, trabalho de jovens, e pelo presépio, obra de um outro jovem artista, Artur. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Subscreeveu grande parte da intervenção anterior, designadamente na questão do património, da programação anual para potenciar esse mesmo património. -----

----- Concluiu lembrando que há um ano atrás a assembleia municipal aprovou uma moção do movimento de cidadania alertando para o agravamento do desemprego no concelho que na altura se fixava em 836 riomaiorenses formalmente inscritos como desempregados e que segundo os dados mais recentes são já 1118 inscritos formalmente, o que configura um aumento de 34% em apenas um ano. Disse ainda ter conhecimento que no final do mês corrente mais 69 trabalhadores irão ficar sem o seu posto de trabalho. Reforçou a proposta aprovada no passado mês de abril para que a assembleia municipal de Rio Maior realiza uma sessão extraordinária sobre o brutal agravamento do desemprego no concelho. Reafirmou ainda o exemplo de medida concreta, também aqui aprovada há dois anos atrás, do estabelecimento de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação de direito ao crédito para promover e apoiar o acesso ao microcrédito no concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que no que respeita à realização da assembleia temática sobre o desemprego, a Mesa, embora podendo fazê-lo por sua iniciativa, aguarda que os líderes dos grupos municipais a promovam, não cabendo à Mesa essa responsabilidade mas sim aos líderes dos grupos municipais, propondo o respetivo figurino, se assim o entenderem. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Iniciou por referir que a sua intervenção se resume a algumas considerações e algumas ideias acerca da confiança. Referiu que os seres vivos, na sua evolução, desenvolvem estratégias para assegurar a sua sobrevivência e satisfazer as suas necessidades e que os seres humanos desenvolveram uma estratégia que assenta em algo que se designa como trabalho de grupo e que foi com este trabalho que se conseguiu minimizar as fragilidades e potenciar as qualidades. Referiu que o trabalho de grupo assenta em dois pilares, o primeiro é a confiança e o segundo é a liderança, sendo a confiança, nos seres humanos, uma qualidade estrutural, inserida no nosso código genético, e a liderança é uma qualidade circunstancial, pois cada circunstância elege um líder. Considerou que sem estes dois pilares o grupo não faz sentido, nem tem rumo. -----

----- Disse que foi com esta estratégia que os grupos humanos se organizaram naquilo que hoje se chama de tribos e foi com estas armas que empreenderam a epopeia civilizacional que nos trouxe à realidade atual. Continuou dizendo que esta foi uma estratégia de sucesso que trouxe alguns problemas como seja uma explosão demográfica que levou a conflitos territoriais em busca dos recursos naturais, surgindo os países, forjados pelo poder e minados pela desconfiança e levamos alguns milénios para chegarmos ao ponto em que nos encontramos hoje, em que o poder local e o poder nacional conseguiram pontos de equilíbrio numa comunhão de interesses. -----

----- Considerou, no entanto, que este equilíbrio é precário porque temos duas realidades que têm que coexistir: uma é o poder local que lida com realidades concretas, com pessoas reais com necessidades e dificuldades vivenciadas com os seus cidadãos, a outra é o poder nacional, que disse ser uma realidade construída, que assenta em informações sobre as realidades locais, e que se designa como interesse nacional. Afirmou que, pessoalmente, fica apreensivo quando se vislumbra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

uma diminuição do poder local porque de nada serve ter competências se não se tiver o poder, e poder é ter a liberdade de decidir o que se faz com as competências que se tem. Disse recear que o nosso poder nacional tenha medo de delegar o poder no poder local, porque entende que mesmo quando deixarem de haver países, nós vamos continuar a manter as nossas organizações locais porque esta foi sempre a estratégia dos seres humanos. -----

----- Afirmou que esta intervenção tem a ver com a manifestação que irá ter lugar e com as mudanças que bruscas que estão a ser pedidas nestas matérias e que irão resultar numa diminuição do poder local. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Interveio para transmitir algumas informações acerca das alterações na estrutura regional dos agrupamentos de centros de saúde. Informou que Rio Maior pertencia ao agrupamento Ribatejo e passou a pertencer ao agrupamento da Lezíria, tendo saído alguns centros de saúde do nosso agrupamento e entraram outros, integrando este grupo a parte sul do Tejo. Esclareceu também que na sequência desta alteração o diretor executivo foi mudado e toda a política de saúde que estava implementada provavelmente irá ser igualmente alterada. -----

----- Disse ainda que estava integrado numa USF e que não gostou do método de trabalho e solicitou que fosse retirado dessa USF e está a funcionar como unidade de cuidados primários quase independente, como anteriormente, responsável por um ficheiro único. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Malaqueijo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Disse que a pedido de uma munícipe dava conhecimento de que na Praça da República foram vistas algumas ratazanas e que esta situação deve ser acautelada. ---

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Afirmou que chegado que está o final do ano durante o qual assistimos a conflitos sociais e políticos, considerou que não se deve perder a esperança na chegada de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

tempos melhores e desejou em seu nome e em nome da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro votos de boas festas e próspero ano novo. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas e prosperidade. -----

----- Iniciou por agradecer todos terem concordado com a alteração de horário da sessão da assembleia municipal, permitindo assim a presença dos membros da assembleia que assim o entenderem na manifestação de autarcas que irá ter lugar em Lisboa. -----

----- Afirmou que no dia 21 de dezembro de 2012 o Governo e a maioria circunstancial do PS e do PSD fizeram o maior atentado conhecido ao poder local democrático e afirmou que se provou mais uma vez a prepotência, a incompetência e a mediocridade de quem nos governa, com o objetivo de retirar representação política às freguesias e ao poder local, com a consequência grave que é o aumento do desemprego público e permitir a externalização dos serviços públicos de proximidade. -----

----- Agradeceu à Senhora Presidente da Câmara Municipal e ao seu executivo, aos representantes da Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta a presença na visita às obras já concluídas na freguesia de Asseiceira, nomeadamente da sala polivalente e agradeceu também o esforço que foi feito pelos serviços de educação e salientou as parcerias e sinergias externas ao poder instituído que possibilitou a concretização desta sala para as crianças ao fim de seis anos de esforços. Reforçou que o mesmo aconteceu com a requalificação da urbanização do Alto do Seixal que se arrastava há já vinte e dois anos. Desejou que outras das obras que se encontram nessa situação possam, essas também, ser realizadas com a aprovação das candidaturas e dos projetos. -----

----- Questionou acerca da resolução do problema das condições do polidesportivo da Asseiceira que neste momento está inoperacional por falta de condições, acerca do ponto de situação da Escola Superior de Desporto, sobre a questão da loja do cidadão, sobre o grande prémio de marcha atlética e por fim sobre qual a situação do PAEL. -----

----- Informou que fazem parte da comissão de utentes e solicitaram reuniões dentro do concelho de Rio Maior e fora, porque souberam que na próxima segunda-feira não irá haver centro de saúde, isto é, está fechado, não há consultas. Deu ainda nota de algumas iniciativas que vão ser feitas porque considera que esta reorganização da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

saúde é uma das “pedras de toque” deste governo relativamente aos quatro mil milhões de euros para a refundação do estado e considerou que a Assembleia Municipal tem que tomar uma posição. -----

----- **Deputado Carlos Manuel Coelho Pereira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas e próspero ano novo. -----

----- Interveio para fazer um pequeno balanço da atividade da “Aldeia Natal” nas Marinhas do Sal informando que este é bastante positivo, com bastante afluência, que por vezes complicou o trânsito no local, e considerou que se trata de uma iniciativa que a Câmara e todos os que participaram se podem orgulhar, já que se tratou de um projeto comum que envolveu toda a comunidade, que elevou o nome de Rio Maior e que provou que se consegue realizar eventos desta dimensão praticamente sem recursos financeiros. -----

----- Fez ainda um agradecimento particular a vários voluntários que trabalharam neste projeto e convidou todos a visitar o local. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Interveio para esclarecer que o centro de saúde irá estar aberto e que haverá consultas de urgência e disse ainda que grande parte deste serviço vai ser assegurado pelos profissionais do centro de saúde quase em regime de voluntariado. -

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas e que em 2013 se consiga superar as dificuldades. -----

----- Iniciou por questionar acerca de situação que teve conhecimento pela comunicação social e que se refere ao abate das árvores que aconteceu por força das obras em frente ao jardim e deste ter sido feito conforme parecer técnico. Solicitou que lhe fosse disponibilizado esse parecer técnico logo que possível. -----

----- Questionou também qual foi o procedimento de aquisição e o valor do busto que foi feito na Rotunda Sá Carneiro e também solicitou que lhe fosse esclarecido do que é a aquisição da realização de workshops de democracia participativa no valor de catorze mil duzentos e vinte e quatro euros, quanto tempo vão durar, o que efetivamente importa e porque é que a autarquia não tem meios próprios para fazer isto a partir dos serviços de cultura. -----

----- Chamou ainda à atenção para aquilo que assistimos neste momento em termos nacionais que considera como um ataque completo às instituições democráticas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

situações como a privatização da RTP e a tentativa de venda da TAP são reflexo disso promovendo a venda do país a retalho. -----

----- Disse ainda temer que o município de Rio Maior esteja demasiado próximo deste tipo de poder. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções autorizando desde logo a que, sendo necessário, fosse dada a palavra aos restantes membros do executivo municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de um santo e feliz natal e que no ano de 2013 possamos ultrapassar as adversidades que vão ou possam vir a surgir. -----

----- Iniciou por dizer que se trata efetivamente do fechar de um ciclo, de um mandato, de um plano que vai já com pouco mais de três anos e terminará para todos os que foram eleitos para o efeito. -----

----- Esclareceu que no que respeita à situação do edifício onde ficará instalada a loja do cidadão a obra está concluída, a chave foi formalmente entregue à AMA, em meados de agosto, após a conclusão da empreitada da Câmara para que esta entidade pudesse realizar a sua empreitada. Afirmou que está tudo encaminhado e que todos poderiam ficar tranquilos que a loja do cidadão irá mesmo ser instalada no edifício como previsto, embora com todos os obstáculos que têm sido colocados por diversas partes no sentido de contrariar esta instalação. Informou que este assunto foi já, inclusive, levado até à Assembleia da República pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda que fez chegar igualmente à AMA, à Inspeção Geral de Finanças, à CCDRLVT e ao Ministério dos Assuntos Parlamentares com a orientação de que o edifício onde ficará instalada a loja do cidadão supostamente violará o PDM, sugerindo assim, com esta postura, a inviabilização desta. -----

----- Relativamente ao desemprego afirmou que quando se diz que a Câmara nada tem feito a este respeito não corresponde à realidade informando que muito tem sido feito para manter o emprego e o trabalho e o esforço que foi feito para manter aqui em Rio Maior uma grande unidade industrial que emprega talvez o maior número de trabalhadores do nosso concelho. Mais disse que tem também sido desenvolvido trabalho e esforços para a instalação de empresas, nomeadamente a empresa de alumínio que irá criar cerca de 70 postos de trabalho nesta primeira fase, tendo por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

isso o apoio da câmara na celeridade do processo. Referiu ainda o apoio a outras empresas utilizando a figura do interesse público municipal para manutenção das mesmas e/ou sua ampliação. -----

----- Deu ainda conhecimento que, não obstante as orientações do governa para a redução de pessoal, se tem conseguido manter os funcionários, cumprindo a redução por via das aposentações, a exemplo. -----

----- Esclareceu que relativamente ao microcrédito o executivo municipal entendeu que este é um instrumento fundamental nas políticas de combate ao desemprego bem como nas políticas de combate à pobreza e à exclusão social e que nesse sentido tem dado ênfase no apoio ao acesso ao microcrédito em duas vertentes: desenvolvimento de trabalho significativo por parte do Gabinete de Inserção Profissional que informa sobre as opções para criação do próprio emprego e da possibilidade de financiar a sua atividade através deste mecanismo e onde se devem dirigir sendo encaminhados, sem exceção para sessões que decorrem semanalmente no IEP de Santarém. Informou que foi também desenvolvida uma página no site da Câmara onde são apresentados os links para informação detalhada sobre o assunto. Disse ainda que no que se refere às políticas de combate à pobreza e à exclusão social se entendeu que estimular a possibilidade de pequenos negócios com base no acesso ao microcrédito poderia ser uma mais-valia para o concelho e nesse sentido as técnicas do serviço social do município tiveram formação junto da associação nacional do direito ao crédito, encontram-se devidamente preparadas para divulgar e apoiar na concretização destes projetos apesar de não se ter verificado, até ao momento, um interessado efetivo para a adesão a este tipo de medidas por parte dos utilizadores do serviço da ação social. Sobre este assunto, concluiu assim, que foram criadas as condições necessárias para o acesso a este mecanismo no concelho de Rio Maior, no entanto disse ainda que entende-se também que é sempre possível fazer mais e melhor e nesse sentido estão a ser desenvolvidos todos os esforços para apoiar a criação de micro e pequenas empresas e disse que se espera, desta forma, que muito em breve seja criado o centro de incubação de empresas do concelho de Rio Maior onde ficará sediado um gabinete para prestar todo o apoio necessário a criação do próprio negócio. -----

----- Relativamente à Escola Superior de Desporto explicou que esta escola fez quinze anos e todas as intervenções de quem esteve presente nas comemorações foram no sentido de a escola passar a utilizar as novas instalações e informou que foi assumido pelo Presidente do Instituto Politécnico de Santarém de que seriam feitos todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

esforços para em janeiro iniciarem as aulas nas novas instalações. Realçou ainda que da parte da Câmara tudo foi feito, e honrados todos os compromissos financeiros, e que inclusive foram colocados à disposição da escola os meios necessários para a ajudar na mudança de instalações, se tal se apresentar como necessário. Afirmou que a mudança de instalações da escola virá em boa hora visto que a Câmara é que tem toda a despesa com as instalações e que as mesmas poderão agora vir a ser utilizadas para o projeto da incubadora de empresas que anteriormente referiu. -----

----- Esclareceu que no que respeita ao grande prémio de marcha esta prova deixou de ter apoio da Secretaria de Estado do Desporto, assim como do IDP e passou a ser única e exclusivamente apoiada pela Câmara e pela Desmor. Disse que os prémios eram já de um valor considerável e que por isso teve que ser diminuído o escalão, mas que a qualidade do evento continuará a mesma. -----

----- No que respeita ao PAEL informou que o processo se encontra no Tribunal de Contas que solicitou esclarecimentos que foram já prestados e aguarda-se a transferência. -----

----- Na questão da saúde agradeceu o esclarecimento dado pelo Deputado Vítor António Duarte Santos e informou que a última informação que teve do Diretor Distrital de Saúde foi que o nosso concelho iria ter mais dois médicos. -----

----- Dirigiu-se ao Deputado Rui Miguel Costa e Silva para o felicitar pela sua intervenção e concordou que não pode haver confusão entre o que é competência e o que é poder e o que é responsabilidade, e independentemente de estarem a tirar aos municípios competências e poder, para as juntas de freguesia ou para as CIM, considerou que não nos tiram a responsabilidade e receia que num futuro próximo os municípios não passem de meras unidades administrativas do seu território. -----

----- Por fim, esclareceu que relativamente ao busto colocado na Rotunda Sá Carneiro foi do conhecimento público, foi à Câmara e aprovado por unanimidade, e que este foi uma oferta do Partido Social Democrata concelhio de Rio Maior. Informou ainda que foi integrado na conclusão da obra de requalificação da Avenida de Portugal e trata-se de um assunto que já em 1992 foi aprovado por unanimidade colocar e que nunca foi possível e que agora coincidiu a oferta do Partido Social Democrata com o terminar da obra de requalificação da zona. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso**-----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por dizer que acredita no trabalho em rede concretamente na área da ação social, na área da cultura e também na área da educação e daí tentar-se uma rentabilização de recursos e as capacidades de todos para a resolução dos problemas e no diz respeito não apenas à sala polivalente de Asseiceira mas também em relação a outras questões que se têm resolvido com o recurso ao princípio de subsidiariedade que, afirmou, lhe parece essencial neste tempo que se vive. -----

----- No que respeita à Casa Senhorial informou que está fechada neste últimos dias por problemas existentes na casa da cultura e que é hábito estar sempre aberta, encerrando apenas quando estão a decorrer visitas à Villa Romana e é necessário fazer o acompanhamento. Informou ainda que este último ano, e já na sequência de trabalho anterior, têm estado a ser desenvolvidos programas educativos e que semanalmente passam inúmeros grupos dos mais diversos locais pela Casa Senhorial, sendo que em junho mais de duas mil pessoas tinham já por lá passado. Deu ainda a conhecer que em números as Salinas tinham já tido mais de dezoito mil visitantes. -----

----- No que se refere à abertura do estacionamento subterrâneo nos dias de espetáculo disse que o estacionamento à superfície que existe é suficiente, já que como frequentadora dos espetáculos, testemunha que a afluência tem uma grande variação o que acaba por não justificar os gastos com a abertura do estacionamento subterrâneo. Apelou a uma maior afluência aos espetáculos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas e um próspero ano de 2013. -----

----- No que respeita às lombas na Rua Carolina Amália disse que as opiniões são sempre divergentes e que em relação à colocação de lombas existem sempre reclamações por existirem ou por não existirem. -----

----- Referindo à EN 1 (entre Rio Maior e a Asseiceira) informou que foi feita uma candidatura para a sua recuperação, assim como também foram feitas candidaturas no montante de dois milhões de euros para a requalificação da rede viária principal do nosso concelho, acrescentando que engloba sinalética vertical e horizontal, pinturas, microaglomerados, etc. -----

----- No que diz respeito ao desemprego lembrou que entre 2009 e hoje este aumentou mas que não se pode esquecer que em 2009 a Câmara Municipal, e bem, conseguiu colocar duzentas e cinquenta pessoas em formação, pessoas essas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

continuaram no desemprego mas, momentaneamente, foram retiradas dos números oficiais o que levou a uma baixa de cerca de 25% do nível de desemprego. Acrescentou ainda que se avaliarmos os números do desemprego e retiramos cerca de trezentas e oitenta pessoas que residindo no concelho trabalhavam fora e foram despedidas, poder-se-á ter outra leitura do emprego efetivo dos trabalhadores que residem e que trabalham no concelho de Rio Maior. Esclareceu ainda que no que respeita à menção feita ao despedimento de 69 trabalhadores é normal que tal aconteça já que a empresa em questão reforça o número de funcionários no período das festas e após este período termina os contratos a prazo celebrados. -----

----- Acerca do polidesportivo da Asseiceira informou que espera que no início do ano fazer o que for possível. -----

----- Sobre o abate de árvores reforçou existir um parecer técnico a justificar o porquê do arranque das árvores e que o mesmo será remetido para conhecimento. -----

----- Quanto ao montante de seis mil euros atribuído à associação de trabalhadores para a festa de natal, afirmou que pena é que a Câmara não possa contribuir com mais. Esclareceu que este valor englobou não só parte do almoço, outra parte foi contribuição de cada um em género, mas também as prendas para os filhos dos trabalhadores e voltou a reforçar que foi pena não poder ser mais já que considera que é merecido. -----

----- Acrescentou ainda em relação ao estacionamento que se nos deslocarmos a Lisboa ou às Caldas da Rainha o estacionamento não é à porta dos locais a que nos dirigimos, e informou que no ano passado o estacionamento esteve aberto no período das festas e houve dias em que a ocupação não ultrapassou as seis viaturas das 8 horas da manhã às 20 horas da noite, ficando assim demonstrado que não é a falta de estacionamento que afasta as pessoas do comércio. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Informou que o PartInRio foi um sucesso com a participação de 900 pessoas e lamentou que a participação não tenha sido ainda maior. Esclareceu que o valor do projeto foi de aproximadamente 14 mil euros financiado pelos fundos comunitários dentro do programa “Juventude em ação” e que a comparticipação da Câmara foi cerca de 3 mil euros. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Afirmou que qualquer esclarecimento ainda necessário terá que ser feito à Mesa que depois se encarregará de fazer chegar à Câmara para que sejam dados os esclarecimentos em falta. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse apenas que aquele é o valor visto na plataforma de contratação pública e que necessita que fosse melhor explicada a situação dos valores porque disse não compreender como é que foi feito desta forma. Reforçou que queria esclarecimento sobre quanto durou a atividade e onde é que foi gasto o valor indicado e ainda se os próprios serviços não teriam a capacidade para fazer esse serviço. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de entrar no período da ordem do dia pediu então à Câmara que providencie os esclarecimentos solicitados pelo Deputado António Manuel da Silva Moreira para lhe serem remetidos. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Compromissos Plurianuais assumidos no período compreendido entre 14 de setembro e 14 de dezembro de 2012** -----

----- **Celebração de Acordo de cooperação entre os municípios timorenses e os municípios portugueses – Apoio à Institucionalização de Autarquias Locais em Timor-Leste** -----

----- **LT Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – Relatório de Gestão do 1º semestre de 2012 e parecer do Fiscal Único e Orçamento e Plano de Atividades de 2013 e parecer do Fiscal Único** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Solicitou esclarecimento acerca da atividade municipal designadamente acerca do que foi tratado no atendimento ao Grupo Musical e Desportivo de Rio Maior e no que no contexto da reunião da Comissão de Toponímia lembrou que foram aprovadas há já muitos anos, por unanimidade, a atribuição do nome de Álvaro Cunhal a uma rua, a uma praça ou uma praça e considerou que Rio Maior não perderia nada em cumprir a decisão e referiu ainda que o mesmo acontece com o nome de José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Saramago que aquando da atribuição do prémio Nobel foi aprovada também por unanimidade. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados na intervenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a reunião da Comissão de Toponímia foi na Junta de Freguesia de Malaqueijo sobre os topónimos a atribuir naquela freguesia por proposta da junta.---

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que os assuntos não esclarecidos na intervenção devem ser colocados por escrito à Mesa que providenciará a resposta. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal – Mário Luís Nogueira Ramos** -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto lendo o requerimento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto II – Reorganização dos Serviços Camarários e Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Fez notar que esta lei que aprovou o orçamento de estado de 2012 é a marca impressiva da política desta governo contra o poder local. Afirmou que contrariamente áquilo que é dito as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia e as regiões autónomas contribuem apenas com 4,5% para a dívida pública e considerou que os grandes parasitas e maus gestores deste país não estão no poder local estão na administração pública central já que 95,5% da dívida pública são da exclusiva responsabilidade de quem nos governa. -----

----- Referiu que após a diminuição dos serviços de proximidade vem a lei da diminuição dos dirigentes que irá limitar as capacidades de qualquer câmara, reduzindo-as, a curto prazo, a pontos como as lojas do cidadão, dizendo que tudo isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

aponto no sentido da externalização dos serviços, dos concursos públicos para entregar a privados. -----

----- Salientou que muito embora se esteja a tentar esvaziar as estruturas do poder local, em contrapartida assistimos pasmados à criação de estruturas intermédias entre a administração central e o poder local, as Comunidades Intermunicipais, com a proposta de lei já preparada em que se assiste à criação de executivos de três pessoas, nomeados pelo governo e a ganharem como se fossem o presidente da maior câmara da respetiva área, reforçando que tudo isto sem escrutínio democrático ou escrutínio social. -----

----- afirmou, por isso, que a presente proposta de manutenção é uma questão interna da Câmara mas que, em sua opinião, se torna imprescindível a extinção deste governo sob pena de qualquer dia não termos pátria. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Referiu que no que respeita a este assunto desde que faz parte desta assembleia tem vindo a abster-se, mas que desta vez irá votar contra. Justificou que organização interna da Câmara, desde que cumpra a lei, é sempre um direito do executivo municipal e que a sua tomada de posição contra, nada reflecte contra o executivo, mas sim uma forma de protesto a este vislumbre de ataque ao poder local. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Considerou que também aqui estamos perante uma ofensiva contra o poder local e está bem patente a retirada da autonomia, do poder, ficando as câmaras apenas com a responsabilidade. Considerou ser uma interferência direta com o objetivo de centralização do poder maltratando, desprezando aquilo que tem sido uma experiência bastante positiva para o país que é a autonomia do poder local. Considerou que também que se trata de um ataque à própria democracia quando se opta por estruturas intermédias nomeadas, revelando laivos de totalitarismo. -----

----- Indicou o sentido de voto contra justificando esta tomada de posição, não por discordar da posição do executivo municipal, mas sim contra a interferência violenta contra a autonomia das autarquias. -----

----- Disse ainda ter notado que a Câmara teve a preocupação de assegurar os postos de trabalho sem despedir ninguém o que considerou positivo. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse concordar com tudo aquilo que foi dito e referiu apenas que veremos se a reformulação do quadro de pessoal que já foi feita em 2009 produziu ou tem produzido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

algum efeito de poupança na conta de gerência, dizendo saber que retirando os valores de corte de salários instituídos por lei não tem sido gerada nenhuma poupança e disse crer que tem tirado muita operacionalidade. Indicou o sentido de voto contra. --

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que este assunto decorre de uma imposição legal, lembrando que já no início deste mandato o executivo camarário reorganizou os serviços e que mais uma vez a lei vem impor novas alterações. Disse ainda que concorda com a opção da câmara em manter um sistema misto nesta fase transitória na medida em que se entende ser a solução que melhor privilegia os funcionários desta câmara sem que se dêem quebras nas comissões de serviço e sem que se consubstanciem em despedimentos. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu, em relação às CIM, que a informação que foi dada de que quem as presidirá será alguém nomeado pelo governo não coincide com a informação que dispõe em que o executivo destas entidades será escolhido de entre os presidentes de câmara dos municípios envolvidos e que consta da lei-quadro que está em discussão.

----- Referindo-se à redução dos encargos com pessoal disse que 2012 houve uma redução no orçamento com pessoal e que no orçamento hoje a votação existe um ligeiro aumento justificado pelo facto de ter sido devolvido um dos subsídios aos funcionários cujo vencimento se situa abaixo dos 1500 euros. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 23 votos a favor e 7 votos contra. -----

----- **Ponto III – Despesas de Representação dos Dirigentes – Autorização de Pagamento** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido o que se entende por representação, no seu sentido estrito e lato, e o que ela compreende. Disse ainda não se recordar de alguma vez ter vindo a esta assembleia uma proposta desta natureza. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou igualmente que lhe fosse esclarecido de que tipo de representação se trata, a quem é destinado e em que circunstâncias tendo em conta as dificuldades financeiras que a câmara se confronta. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que é a primeira vez que o orçamento de estado obriga a que os municípios levem a deliberação dos órgãos autárquicos o assunto em causa e a decisão da sua atribuição ou não. Informou que quem recebe este tipo de despesa são os dirigentes, no nosso caso, de 2º grau, 3º grau e 4º grau e que se trata de um valor que é atribuído pelo exercício dessa mesma função, pela disponibilidade e pela isenção de horário que caracteriza os cargos em causa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Fiquei pouco mais ou menos na mesma porque eu considero, desculpe Senhor Presidente, eu estou a extravasar a minha declaração de voto mas é apenas um comentário que a Senhora Presidente me irá desculpar por ele, e todos os presentes, contudo eu não me abstenho de o fazer. É que realmente os senhores funcionários aqui em serviço, os dirigentes aqui em serviço, e eles estarão presentes e sim, considero que sim, por recorrência, mas qualquer das formas isto implicaria por exemplo em termos de gestão de pessoal outra gestão que eu considero que seria lógico poder fazer-se, dispensa de horário noutra altura, enfim. Isto é para outros naipes, pronto. Qualquer das formas, Senhor Presidente, a minha abstenção justifica-se exatamente pelo seguinte, e confesso que inicialmente estava para não e alterei o meu sentido e então a minha declaração de voto passa a ser a seguinte: num momento tão difícil que o país atravessa e também a própria autarquia como pode ser observado no orçamento que hoje iremos considerar e considerando os cortes impostos a todos os portugueses, e diga-se nomeadamente a função pública, onde se mantém as exigências e as responsabilidades para o desempenho das respetivas funções agora à custa dos próprios, assim acontece com a minha classe profissional, nós não temos horas, e que sempre incorrem em despesas acrescidas, justifico então, nessa base, a minha abstenção.” -----

----- **Ponto IV – Contrato-Programa – Desmor, E.E.M. – Ano 2013** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, agradecendo, na pessoa do Dr. Carlos Coutinho, a todos os funcionários da Desmor o seu profissionalismo e dedicação. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Iniciou por dizer que a Desmor continua ser a jóia da coroa do concelho de Rio Maior. Lembrou que foi proposta a realização de uma assembleia temática para a discussão do papel desporto em Rio Maior e qual o seu futuro e que este momento é crucial para uma mudança. Salientou que grande parte do trabalho desenvolvido pela Desmor é público e que o Estado central nada contribui enquanto em outros sítios a população usufrui e o Estado paga. Disse ser altura do poder da autarquia ter uma relação com o poder central de exigir igual tratamento dado tratar-se de muitos milhares de euros. Afirmou ter que ser iniciado um novo ciclo na relação com o poder central se não, com a crise que estamos, vai haver muita dificuldade em manter o desempenho com qualidade. -----

----- Referiu que a Desmor, no seu trabalho, é um exemplo, mas solicitou um esclarecimento acerca do parecer do revisor oficial de contas e se existem dúvidas quanto à continuidade das atividades instaladas. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Subscreeveu as preocupações anteriormente expostas e disse lamentar de que do ponto de visto daquilo que é pouco material, o Centro de Alto Rendimento não esteja a produzir os efeitos que devia estar. Referiu que os quase dois milhões de euros que foram base material muito específica, muito técnico, que se guarda em pouco espaço, não tem o capital humano de especialista que devia ter e que podiam catapultar a Desmor para um centro de especialidade de nível pelo menos europeu, colocando Rio Maior no topo. Disse ainda que não vê a boa gestão que tem sido feita administrativamente transposta a este nível criando valor acrescentado. -----

----- Salientou ainda que o facto de haver a diferenciação do financiamento em termos de custo social e custo efetivo e considerou que vai exigir desta assembleia e dos municípios um maior controlo dos registos de assiduidade e um maior rigor. -----

----- Partilhou uma mágoa pela falta de qualidade do processo de gestão do Centro de Alto Rendimento e uma nota positiva em relação à gestão administrativa que tem produzido efeitos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio apenas para referir que mais uma vez se trata de uma imposição legal e que num momento tão difícil há que dar os parabéns à administração da Desmor que nos últimos três anos reduziu a sua dependência da Câmara, nos chamados subsídios à exploração, de 44,79% em 2009 para 30% em 2012. Disse ainda que as receitas próprias da Desmor provenientes da prestação de serviços aumentaram em 53% face a 2009 o que considerou de louvar. Mais disse que se verificou uma redução dos custos do fornecimento de serviços externos. -----

----- Referiu ainda que estas empresas com boa gestão acabam agora, no novo enquadramento legal, por ser premiadas colocando-se a salvo da extinção prevista para as empresas que dependam em mais de 50% do subsídio à exploração ou cujo valor das prestações não atinjam mais de 50% dos gastos totais assim como aquelas cujo resultado líquido seja negativo. Indicou o sentido de voto favorável. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que não tinha condições para, no momento, prestar os esclarecimentos necessários sem o apoio técnico do administrador da Desmor. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse ser seu entendimento que o administrador da Desmor não pode intervir na sessão e que assim sendo os esclarecimentos deveriam ser remetidos por escrito. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 29 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Ponto V – Lançamento de derrama sobre lucro tributável de 2012** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Informou que se iria ausentar após a intervenção por compromissos assumidos. –

----- Referindo-se depois ao ponto em discussão disse que os representantes do PS no executivo votaram contra e lembrou que quando foi discutida a taxa de IMI foi também falado este assunto porque se considerou tratados em simultâneo se torna mais visível a insensibilidade do executivo na questão do esforço que se pede a quem paga e o contributo que tem nas receitas. -----

----- A derrama, afirmou, tem uma receita inferior a quatrocentos mil euros para o município e desta forma uma redução significativa do ponto de vista de cada um dos contribuintes significaria muito pouco do ponto de vista da receita total do município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

salientando que a proposta do PS seria de que as empresas com rendimentos superiores a cento e cinquenta mil euros tivessem uma redução de quatro pontos percentuais, ou seja, de 1,4% para 1,0% e que as pequenas e médias empresas com rendimento abaixo dos cento e cinquenta mil euros ficassem isentas. -----

----- Reforçou que esta medida representava para o município uma perda ínfima nos seus recursos e representava, do ponto de vista da competitividade do concelho e do ponto da criação de emprego um sinal, do ponto de vista simbólico, um sinal importante. Indicou o sentido de voto contra. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Afirmou que efetivamente atravessamos um momento em que dependemos todos uns dos outros, dizendo que as empresas precisam do capital para se manterem e criarem postos de trabalho e a Câmara Municipal precisa de receita. Disse ainda que perante esta dualidade a sua posição inicial seria contra, porque já anteriormente havia apresentado uma declaração de voto para que fosse reduzida esta taxa, mas que agora iria aceitar e justificou esta posição agora tomada porque compreende que a situação é crítica. Indicou o sentido de voto como favorável sem deixar de reforçar a ideia de que o tecido empresarial necessita ser incentivado sob pena de definharem. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Disse que este poderia ser um elemento que a Câmara de Rio Maior podia potenciar para criar novas centralidades mais atrativas. Salientou que o esforço que está a ser pedido às câmaras é que seja tudo para todos, e especialista em tudo e considerou que neste caso, para aumentar a atratividade, poder-se-ia baixar a taxa já que o valor arrecadado tem vindo a baixar nos últimos três anos até 50% o que demonstra que o tecido económico está em queda abrupta. -----

----- Salientou que existem municípios em que a sua capacidade de atração, ou de pelo menos visibilidade, foi fazer um mix de redução do IRS, do IMI e da derrama e considerou ser um “golpe de asa” a ter em conta pelos executivos. Afirmou que temos uma posição geoestratégica fundamental mas considera que começa a faltar este tipo de atratividade. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Indicou o sentido de voto contra reforçando a ideia de que os tempos são difíceis e que a proposta do BE era no sentido de serem isentas as pequenas empresas e a aplicação da taxa a empresas com rendimentos mais altos fosse gradual. Considerou que esta taxa não vem contribuir para dinamizar o tecido empresarial do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Concordou com quase tudo o que foi anteriormente dito, no entanto, e à semelhança do que disse quando da discussão do IMI, disse ir votar favoravelmente esta taxa atendendo à dificuldade económica que o concelho atravessa, assim como o facto de se manter a taxa praticada no ano anterior resistindo à tentativa de aumentar para o seu limite máximo assim como manter a taxa reduzida de 1% para os sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapassem os cento e cinquenta mil euros e que vem a ser praticado desde 2009. -----

----- Referiu ainda que a proposta de tributação gradual de acordo com o volume de negócios da empresa é basicamente aquilo que começou a ser praticado quando em 2010 foi lançada a taxa reduzida da derrama e lembrou que nos anos anteriores a 2010 a taxa era única para todas as empresas e sempre com valores entre 1,40%, 1,50%. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 23 votos a favor e 6 votos contra. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra porque considero a derrama um imposto ilegítimo. O Estado tributa as empresas a nível central e cria uma dupla tributação a nível local. Isto não é aceitável e o argumento da crise e das dificuldades não é aceitável porque neste país não é só o Estado que está em crise, os particulares, que eu saiba, também estão em crise.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- “ A minha declaração de voto vai no sentido de justificar que não posso votar diferente. Muito embora concorde com as palavras do Dr. Rui Miguel, como aliás é meu hábito, dizer que nesta sala temos pessoas, de uma forma geral, que não percebem que a gestão da coisa pública resulta da contribuição dos cidadãos. Portanto não se pode querer baixar a derrama, baixar o IMI, baixar tudo e mais alguma coisa e ao fim e ao cabo querer o mesmo serviço social, querer o mesmo apoio, querer o mesmo apoio ao associativismo. Portanto, e nesse sentido, cabe a quem está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

à frente da Câmara Municipal fazer uma gestão muito difícil e não podia votar de outra maneira que não a favor desta medida.” -----

----- **Ponto VI – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2013-**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que a elaboração deste orçamento coincide com um momento de conjuntura difícil originando uma forte quebra das receitas e a uma necessidade de despesas acrescidas, nomeadamente na área social. Disse ainda que esta orçamento reflete a obrigatoriedade da autarquia rever as suas estruturas orgânicas, reduzir os prazos de pagamento, os pagamentos em atraso, os limites ao endividamento do médio e longo prazo e o endividamento líquido sob controlo apertado das entidades fiscalizadoras. -----

----- Acentuou o rigor na gestão, a consolidação das contas e uma constante monitorização das necessidades sociais do nosso concelho como os objetivos marcantes para a política orçamental do município de Rio Maior. -----

----- Deixou ainda o reconhecimento público aos funcionários da autarquia por toda a colaboração e por todo o empenho nesta época difícil que se atravessa sem quebrar a qualidade das atividades desenvolvidas, nomeadamente o pessoal do estaleiro, do turismo, da biblioteca, da cultura, do cineteatro, das escolas, da ação social, administrativos de cada uma das unidades que compõem a estrutura orgânica. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por dizer que aquando da reunião foi dito pela Senhora Presidente que este orçamento, como os anteriores, foi extremamente difícil de realizar, mas considera que cada um deve trabalhar com os meios que dispõe. -----

----- Continuou dizendo que embora acredite que seja o possível é, é também frouxo e mortiço. Considerou que se trata de um orçamento que no global vive do empréstimo para o empréstimo da dívida sobre a dívida e que tomou nota que foi também dito que se iriam aproveitar todos os fundos comunitários disponíveis. Considerou que, no entanto, se tudo for aproveitado caímos uma vez mais no buraco que nos encontramos e acima das nossas possibilidades. -----

----- Evidenciou que existe uma dívida que tem que ser paga e entramos no ano de 2013 com uma dívida de dezoito milhões de euros que no final do ano ainda será de dezasseis milhões, e perguntou se seria sensato contrair mais empréstimos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Focando um dos investimentos descritos no orçamento, o centro escolar de Fráguas, disse saber que consta da Carta Educativa mas considerou que nem tudo o que consta se deve fazer e temos que considerar o momento que vivemos. Disse ainda que contrair uma dívida de um milhão de euros ou mais para a construção deste centro escolar deve ser pensada em relação às necessidades da população que irá servir e ponderada a sua real utilização e se efetivamente se justifica mais um centro escolar ou se essas crianças não podem vir a ser integradas em outros centros escolares. -----

----- Questionou ainda o porquê de não se fazer uma reformulação da rede escolar e a redistribuição da área de influência dos agrupamentos e considerou que assim se resolveria esta questão. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Salientou que este orçamento reflete a situação da generalidade do país que, em tempos diferentes de boas previsões, assumiu compromissos que agora têm que ser honrados e, no seu entender, as grandes opções do plano transformam-se em grandes opções da pobreza. -----

----- Disse ainda que quando foi convidado para integrar esta assembleia foi para ser uma voz provavelmente diferente e afirmou que tudo aquilo que na altura foi falado correu exatamente de forma inversa: fecharam-se escolas, acabam as freguesias e as opções sociais, do seu ponto de vista, não são as mais corretas e explicou dizendo que os idosos e os isolados continuam a ter mais dificuldades. -----

----- Disse também saber que é uma desgraça herdada e que este é o orçamento possível. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Iniciou que este é um documento importante, apesar de ser provisional, e está, em seu entender, marcado pela presença prejudicial da Troika, visto não ter conhecimento de um país onde a presença da Troika tenha sido benéfica, agravado pela atuação de favorecimento do BCE e da União Europeia aos países grandes. -----

----- Salientou que os governos desde há doze anos que não cumprem a lei das finanças locais em relação às autarquias e evidenciou a hipocrisia da situação dizendo que com o PAEL vão emprestar dinheiro às autarquias com os dois milhões que foram tirados antes e disse ainda que esse dinheiro servirá para pagas à Águas do Oeste e à EDP, concluindo que só os bancos é que ganham com isto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou que como reflexo de toda esta política, a Câmara Municipal tem um orçamento e plano de atividades de “trazer por casa” e justificou dizendo que assim é porque primeiro o passado não foi brilhante e porque agora as opções mudaram e as áreas prioritárias mudaram. -----

----- Avaliando politicamente as opções disse que considera o valor a transferir para as freguesias pouco mas que ainda assim considera importante o facto de se manter e não baixar e disse que também o valor a transferir para o associativismo é pouco quando esta será uma época que as colectividades irão desempenhar um papel representativo e social importantíssimo. -----

-----Considera que existe uma falha neste documento, que não é técnica, mas política, quando, embora se tente manter a “casa”, não se retira qualquer estratégia de futuro e por isso, um programa de “trazer por casa”. Indicou o sentido de voto como abstenção só porque a freguesia de Asseiceira tem consagradas neste documento lutas que têm décadas que considera não poder ignorar o voto de confiança que lhe foi dado pela população e que mesmo não estando de acordo disse que seria uma profunda injustiça não se abster. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Afirmou que a visão estratégica do BE de desenvolvimento, de intervenção é de fundo e não de obra pontual e que sendo este o último orçamento considera ter ficado consagrada a recusa deste executivo em aprofundar a democracia e melhorar a gestão do município através de um orçamento participativo que foi uma proposta apresentada pelo BE em devida altura e frisou que a própria Assembleia Municipal aprovou uma recomendação nesse sentido. -----

----- Considerou que mais um mandato autárquico se perdeu sem que tivessem ficado resolvidos problemas prioritários como a falta de água na Vila da Marmeleira, a falta de esgotos em Casais Monizes, a requalificação da zona ribeirinha e recuperação do rio Maior. Disse ainda que durante este mandato o desemprego duplicou no nosso concelho e sobre essa matéria este orçamento não apresenta qualquer medida para contrariar esse crescendo. Indicou o sentido de voto contra. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Começou por dizer que após ter lido o documento que constitui o orçamento decidiu votar contra e justificou o sentido do seu voto. Entende ser legítimo o caminho apontado mas o seu voto contra representa o apontar de um outro caminho, e só isso. Continuou dizendo que dada a natureza da sua atividade profissional disse ser um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

espetador privilegiado das dificuldades e das convulsões sociais que vão acontecendo e que se ainda não estamos numa situação de emergência social, em seu entender, estamos já numa situação de urgência social e em face disto supôs que se fosse dar prioridade às pessoas, à ação social e que após a leitura deste orçamento percebeu que das grandes opções do plano a ação social que foi 2,75% das grandes opções em 2012 desceu 2,5% e que por outro lado a concretização de obras físicas subiu de 13% para 22%. Entende que este orçamento não traduz, na sua visão, essa preocupação com as pessoas e que se está a prossecutar em orçamentos de construção de obra, obra essa que vai ter custos de manutenção, custos de exploração, que vai onerar os cidadãos. Admite que lhe poderão dizer que esses dois milhões são de fundos comunitários na sua maioria, poderão dizer-lhe tudo isso mas a exploração máxima dos fundos é a tendência natural de todos os municípios, mas isso considera ser um ato técnico. -----

----- Por fim, lançou um desafio à Senhora Presidente, enquanto líder, de extravasar o ato técnico e que perante este cenário atual arranje soluções porque é isso que se espera de um líder perante aqueles que dele dependem. Afirmou que o que considera vital não é manter a casa é manter as pessoas e que se para isso for necessário queimar a mobília então assim será. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou recordando que é verdade que todos queremos mais mas quando toca a pagar todos queremos menos e questionou se para isso não teria que haver um milagre. -----

----- Lembrou que esta Câmara gostaria com certeza de ter um orçamento muito melhor, muito maior, satisfazer todas as necessidades que o concelho tem, mas os tempos não são fáceis e não o permitem. Disse ainda que as câmaras, e nomeadamente a de Rio Maior, atravessam grandes dificuldades, resultado de toda a conjuntura, com menos receita e que com esta diminuição não conseguem ir muito além. -----

----- Felicitou, contudo, a Câmara Municipal que, mesmo com uma diminuição no orçamento, manteve o apoio às freguesias e pela preocupação no apoio social e ressaltou que tudo isto sem esquecer que há compromissos assumidos, muitos deles por executivos anteriores. -----

----- Deixou a todos votos de boas festas e sucessos pessoais e profissionais. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu que quando afirmou que seriam aproveitados os fundos comunitários possíveis é sempre prossecução de se conseguir melhorar a qualidade de vida das populações e tornar a cidade mais atrativa e que em concreto se espelha numa candidatura que se estende para 2013 de melhoria da rede viária do concelho. -----

----- Referiu ainda que em termos de execução de obras que possam vir a necessitar de manutenção a única incluída no orçamento será o centro escolar de Fráguas mas considerou ser uma obra necessária já que a escola e jardim-de-infância de Fráguas para continuarem teriam que ser submetidos a obras estruturais para que fossem dotadas de todas as condições de segurança para as crianças. Disse ainda que a construção deste centro escolar serve também como medida de incentivo à fixação de população. -----

----- Em relação à rede social informou que se continua a valorizar todo o trabalho em rede e na optimização dos recursos da Câmara, das IPSS, da Segurança Social e de todas as entidades e que se continua a dar extrema atenção aos casos sociais e às situações que vão surgindo no nosso concelho. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 21 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Jorge da Silva Madeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “ Todos nós sabemos que o símbolo da justiça é a balança, de um lado está o crime do outro lado está a penalidade e temos que fazer aqui o balanço, a equidade entre o crime e penalidade. Na contabilidade funciona da mesma forma, de um lado está a receita e do outro lado está a despesa. -----

----- Com certeza que todas as pessoas aqui teriam uma opinião diferente em relação a este orçamento, isto é garantidamente assim porque em casa também funcionamos assim: eu quando digo à minha mulher que quero comprar um berbequim a minha mulher diz que agora não porque prefiro comprar um cortinado. E é assim que funcionamos em casa e é assim que funciona aqui. -----

----- Foi aqui falado, até foi o Prof. Figueiredo que disse que as associações teriam menos dinheiro, eu concordo com ele. -----

----- Como disse, em casa como aqui temos que gerir as despesas e as receitas, há situações e rubricas no orçamento com as quais eu também não concordo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

poderíamos ter aumentado numas e diminuído noutras, mas neste momento face à situação financeira em que se encontra a Câmara e que se encontra o País, na minha opinião, é o melhor orçamento que se pode fazer neste momento, porque temos que agradar a gregos e a troianos, e isto é sempre assim. Seja que tipo de orçamento se fizer aqui vai haver sempre pessoas contra e a favor, porque na nossa casa funcionamos assim também.” -----

----- **Ponto VII – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – Ano 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 19 votos a favor e 3 votos contra. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O meu voto contra justifica-se porque esta é mais uma das leis que não faria falta ao poder local e é nesse sentido que eu voto contra, porque nos obriga a fazer aqui umas ginásticas que são pouco dignas de quem tem que exercer o poder local.” --

----- **Declaração de Voto do Deputado António José Rodrigues da Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Faço minhas as palavras do meu antecessor.” -----

----- **Ponto VIII – Autorização de Contração de Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 900.000,00€** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 21 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Ponto IX – Delimitação e definição de Benefícios fiscais das áreas de reabilitação urbana** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Disse que em seu entendimento esta é uma boa medida a implementar na nossa cidade. Acrescentou que todos sabemos que existem inúmeros prédios degradados e em mau estado de conservação e que neste momento a construção nova está estagnada e considerou que com este projeto de reabilitação e medidas atrativas poderá surgir como incentivo á ocupação de alguma mão-de-obra disponível. -----

----- Sublinhou ainda que a reabilitação urbana servirá também para termos a nossa cidade mais arranjada e mais atrativa. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Interveio apenas com o objetivo de se congratular com medida. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto X – Águas do Oeste, S.A. – Acordo de Pagamento – Encargos Plurianuais** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e referiu ainda que contrariamente aquilo que vem sendo dito o município, no que diz respeito, às águas e ao saneamento não fez aumento, o que fez foi ter ajustado os escalões de acordo com o ERSAAR. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Solicitou explicação relativamente ao contrato face ao anterior que se manteve e que data de 31 de outubro de 2011, deduzindo que deve ter havido com este contrato que se vai votar alterações favoráveis para a Câmara. -----

----- Referiu que havendo efetivamente um lapso de pagamento por parte da Câmara se deveu a não disponibilidade de tesouraria para o valor a pagar pelo volume de água gasto. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Afirmou que existe um problema contratual como é do conhecimento geral e questionou se não seria possível renegociar este contrato e deixarmos de pagar água que não consumimos. -----

----- Deixou ainda uma referência à importância do combate ao desperdício e considerou que se desperdiça muita água no concelho. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse que na perspectiva do BE a questão de fundo que se coloca e que tem que ser resolvida é a renegociação do contrato para não se continuar a pagar água que não se consome já que o contexto em que o contrato foi feito era totalmente diferente e as perspectivas esperadas não se concretizaram e por isso considerou da mais elementar justiça a renegociação de acordo com o contexto em que vivemos e terminar com o roubo que a Águas do Oeste continua a fazer ao município. Reforçou também a ideia de que o desperdício deve ser combatido. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Remeteu para as suas declarações aquando da sua intervenção no PAEL e acrescentou que há um contrato ruinoso para o concelho de Rio Maior e disse não haver dúvidas que estamos a pagar muito além daquilo que a população consome e disse estar certa que a Câmara, através de todos os meios que tem ao seu dispor, tem tentado e tentará negociar o dito contrato com a Águas do Oeste. -----

----- Acrescentou que este acordo, embora não satisfaça, já revela alguma abertura para a resolução da situação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que houve lugar a um novo contrato porque houve uma alteração na taxa de juro. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para os restantes esclarecimentos que foi concedida. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que quando os anteriores executivos assinaram este contrato das águas, não só Rio Maior mas todos os municípios da zona oeste, estes foram impostos superiormente e havia a perspectiva de um crescimento em flecha da zona oeste com a vinda do aeroporto para Ota estabelecendo, por isso, mínimos de consumo. Explicou que todos os esforços que têm sido feitos nas conversações com a Águas do Oeste têm sido no sentido de não pagar as faturas dos mínimos estabelecidos, o que ainda não aconteceu, e acrescentou que saiu na comunicação social que irá haver a verticalização das águas em alta e em baixa sendo criadas quatro ou cinco grandes empresas a nível nacional. -----

----- Disse ainda que com o novo programa a ser estabelecido, que devia ter entrado em vigor em setembro de 2012 e que se prevê que entre em vigor até março de 2013, deixarão de haver mínimos e as autarquias irão pagar o que efetivamente consomem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Quanto ao existente disse que existem perspectivas que a Águas de Portugal repense a situação e venham a isentar o pagamento dos valores referentes aos mínimos. -----

----- Informou também que o valor cobrado pela água é inferior àquele que a autarquia paga e que em relação ao desperdício ele existe mas bem pior que isso é a água que não passa pelos contadores. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 21 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O meu voto contra tem um sentido muito concreto. Entendo que este assunto tem que ser resolvido porque já tarda, mas também entendo que qualquer que seja o executivo vai ter dificuldades de negociar com uma empresa que é monopolista e que nos é imposta por lei. Isto é que não é aceitável e temo que esse futuro em que nos vão impor cinco mega empresas venha a transformar o bem mais essencial à vida num monopólio do futuro. Não vai ser o petróleo que nos vai tramar, podem ter a certeza que vai ser a água.” -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Alexandre Jacinto - Arrouquelas** -----

----- Questionou o executivo que medidas foram tomadas ou pensam tomar relativamente ao novo programa do governo “Impulso Jovem” e “ Passaporte Emprego”. Explicou que esta semana esteve numa reunião em Santarém na promoção desse programa, que considera muito importante, e embora não se saiba se vai resolver o problema na nossa região, no meio rural, considerou se um programa bastante importante e convém a todos nós envolvermo-nos, em especial a Câmara Municipal, as instituições e também todas as forças ativas do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse ainda tratar-se de um programa com fundos europeus e que existem já muitos municípios a mobilizarem-se para o desenvolver e poderá vir a permitir a fixação de alguns dos nossos jovens no meio rural. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que todos esses programas estão a ser estudados pelo Gabinete de Inserção Profissional em conjunto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e disse que está a ser estudado um conjunto de medidas e que neste momento está a ser dado conhecimento a quem manifesta interesse junto do gabinete e a quem se encontra em situação de desemprego. Disse ainda estar a ser elaborado um documento de divulgação para distribuição com toda a informação acerca destes programas.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de encerrar a sessão desejou a todos um santo natal e que 2013, embora se vislumbre complicado, se encontre forma e condições de ultrapassar as dificuldades e que está convencido de que em Rio Maior conseguiremos fazê-lo. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____